

Brasil acerta com o FMI e poderá iniciar negociação com os bancos

por Célia de Gouvêa Franco
de Brasília

O Brasil poderá iniciar a segunda rodada de renegociação da dívida externa com os bancos internacionais antes mesmo da aprovação formal da nova carta de intenção pelo "board" do Fundo Monetário Internacional (FMI), que só deverá pronunciar-se em outubro. Antes disso, o diretor gerente do FMI, Jacques de Larosière, poderia dar um sinal verde antecipado de que concorda com os termos do acordo com o Brasil, o que facilitaria os contatos com os bancos internacionais. Os recursos do FMI, porém, só deverão ser liberados mesmo em outubro: seriam US\$ 820 milhões correspondentes a duas parcelas do empréstimo.

Essas informações foram concedidas ontem pelo chefe da Divisão Atlântico do FMI, Thomas Reichmann, ao final da última reunião da missão com o governo brasileiro, que demorou mais de cinco horas, na qual se conseguiu concluir, finalmente, o trabalho técnico. "Os levantamentos, as definições técnicas, os critérios e os conceitos já foram terminados. A missão já está voltando para Washington e agora nós temos de fazer a montagem definitiva dos quadros para poder redigir a carta de intenção", afirmou à saída desse encontro o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas.

Agora, espera Reichmann, as metas serão cumpridas, pois não se deverá repetir o que atrapalhou o primeiro acordo: "houve problemas de atraso na im-

plementação de medidas e de interpretação de dados. Agora não. Temos de ambas as partes uma boa compreensão de toda a situação".

Novas medidas, porém, poderão ser adotadas pelas autoridades brasileiras como complementação do projeto econômico desenhado pelo acordo com o FMI. Foi o que Reichmann deixou entender ao afirmar que o que falta ainda para um acerto final e definitivo como Fundo são "decisões quanto ao grau das políticas necessárias para estabilizar a situação. Basicamente, falta o grau das medidas que precisam ser tomadas". Ele não explicou quais medidas poderiam vir nem em que áreas.

Talvez essa complementação seja necessária na área de política salarial. Reichmann disse que o governo brasileiro não deu nenhuma garantia de aprovação do Decreto-lei nº 2.045. "Acho que ninguém poderia dar uma garantia desse tipo porque isso é uma prerrogativa do Congresso." Galvêas, por sua vez, disse que o governo está trabalhando com o pressuposto de que o decreto-lei vai ser aprovado e que sua rejeição seria "um problema do Congresso e dos condutores da parte política". Mas Reichmann confirmou novamente que uma rejeição levaria a uma revisão de pelo menos uma parte dos cálculos atuais. E seria necessário, então, buscar uma solução alternativa para a política salarial.

As metas essenciais para a economia brasileira já foram definidas, tanto para este ano quanto para 1984.

Por enquanto não se determinou apenas um ponto — a inflação para 1983. Em princípio, vai se trabalhar para se chegar a dezembro deste ano com uma taxa mensal de 5%, conforme informou Galvêas. Outra fonte do governo brasileiro complementou: até o término da carta de intenção, que pode demorar ainda um mês, um número definitivo pode ser acertado para a inflação deste ano, conforme os resultados de agosto.

De qualquer forma, o parâmetro seguido no cálculo das outras metas foi de uma inflação de 150% este ano, disse essa fonte ao editor Celso Pinto. Mailson Ferreira da Nóbrega, secretário geral da Fazenda, disse à repórter Maria Clara R. M. do Prado, antes da reunião, que a meta seria mesmo de 150%. Para 1984, a inflação foi fixada entre 60 e 70%, de acordo com outra fonte do Banco Central.

O ministro Galvêas informou ainda que o déficit público deve ser reduzido, neste ano, à metade dos parâmetros anteriores. E, em 1984, deve ser novamente cortado pela metade. O que levaria o déficit a cerca de 1,5% do PIB no próximo ano. O mais importante, porém, foi o reconhecimento pelo ministro da Fazenda de que o crescimento do PIB poderá ser zero em 1984. "Acho que se pode trabalhar com esse pressuposto", afirmou ele.

Os técnicos do FMI não prestaram nenhuma informação sobre os números negociados, preferindo dei-

xar essa tarefa ao governo brasileiro.

Um deles admitiu, porém, que o crescimento da economia brasileira será muito mais lenta a partir de agora. Apesar disso, terá de aumentar ainda mais as exportações em 1984.

Já a economista Ana Maria Jul, chefe-adjunta da Divisão do Atlântico, comentou que o "board" do FMI concordou em rever as metas por acreditar que o Brasil poderá voltar ao "caminho certo", depois dos desvios em relação às metas determinadas pelo primeiro acordo. Nas negociações do Fundo, de maneira geral, já estão previstas fórmulas para aqueles países que não conseguem cumprir o programa. "Há muitos casos de programas que não foram cumpridos num primeiro momento, mas depois foram renegociados e se atendeu aos objetivos." Além disso, lembrou, o programa assinado com o Brasil abrangia três anos e não apenas este.

Jul e Reichmann informaram ainda que o FMI atendeu a certas peculiaridades da economia brasileira nessas negociações. Isso sempre é seguido, disse Reichmann. E Jul citou pelo menos uma particularidade brasileira: a indexação. A maior parte da dívida doméstica está indexada. Teve de se levar em consideração, por exemplo, que a correção cambial será mais alta este ano do que a monetária e verificar seu impacto sobre os financiamentos do setor público.